

Alfabetizar, hoje

– Dra. Chie Hirose entrevistada em 05/06/2013 pela estagiária Maria Antônia dos Santos¹ –

Chie Hirose²

Resumo: A Dra. Chie Hirose, professora de Ensino Fundamental I e doutora (com pós-doutorado) pela Feusp, fala nessa entrevista sobre suas pesquisas e experiências com alfabetização em escola pública de São Paulo.

Palavras Chave: Ensino Fundamental. Alfabetização.

Abstract: Dr. Chie Hirose is an elementary education teacher in public schools of São Paulo and also Ph. D. and post-doctoral scholar by Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. In this interview, a young student asks Professor Hirose about her researches on – and and experiences with – children literacy.

Keywords: Elementary Education. Children Literacy.

P.: Você estudou em escola pública ou privada? Por quê?

R: Eu estudei desde o primeiro ano do Ensino Fundamental (primário) sempre na escola pública até os dias de hoje, sempre. Esta escolha dos meus pais, no início da minha vida escolar, não tem nada de opção política nem é por eles serem a favor de um ensino público. Mesmo há 35 anos atrás, já se comentavam que o ensino das escolas particulares era melhor do que o das do governo. Assim, muitas famílias confiavam mais no ensino das escolas pagas. Mas os meus pais, imigrantes recém-chegados ao Brasil, não tinham condições financeiras de bancar escola particular para seus quatro filhos. Por quererem dar de melhor para nós, lembro-me do meu pai fazendo de tudo para nos colocar na escola da praça da República, naquele tempo, de muito boa reputação: tinha a fama de ser a melhor escola do estado. Assim, desde pequena, eu sabia que se quisesse continuar os meus estudos precisaria ser num ginásio público, um Ensino Médio (colegial) também não pago, e claro, universidade só se fosse do governo, ou seja, precisaria estudar muito mesmo.

P.: Em relação ao ensino, vê diferença entre a sua época, quando aluna, e agora?

R: Sim, muita diferença! Certamente, só poderei comparar a partir da minha vivência no ensino público aqui de São Paulo, mas posso levantar alguns itens para você:

1) Na época, lembro-me de muitos colegas maiores do que a gente estudando na mesma classe, ou seja, tinha repetência “pra valer” (um, dois, três anos). Mesmo eu, criança, sentia pena daqueles alunos altos junto dos pequenos. Ficava imaginando

¹. Estudante do curso de Pedagogia da Uninove.

². Professora de Ensino Fundamental I da rede municipal de São Paulo. Doutora e Pós doutora Feusp. Professora das Faculdades Integradas “Campos Salles”.

como seria chato e constrangedor estar no meio de gente muito menor do que eles. Graças a Deus, agora, uma criança tem mais de um ano para se alfabetizar. Ninguém “repete de ano” porque não dominou um conteúdo. Com isso, vejo o quanto se respeita o ritmo e o histórico de cada criança: uma grande transformação para o ensino do Brasil. E não podemos esquecer que, naquela época, muitos colegas meus desistiam de continuar a escola. Agora temos mais jovens terminando o 1º grau.

2) Lembro-me também do poder excessivo que os professores tinham sobre os alunos, com a possibilidade de que dispunham os mestres de prejudicar-nos com a “repetência”. Quando havia um embate entre professor e aluno, infelizmente, precisávamos acatar sem discussão as decisões daqueles professores mais autoritários, pois estava na mão deles a decisão de “ferrar com o aluno” ou não. Claro que o momento histórico de opressão que passávamos politicamente também influenciava todo o nosso ambiente escolar (anos 70, 80). Vejo como o ambiente escolar está muito mais saudável quando “batemos boca” com os alunos pré-adolescentes (aquela fase em que eles começam a querer desacatar qualquer tipo de autoridade: minha vivência do ano passado com classe de 5º ano). Pelo menos atualmente, nesta hora, nós precisamos usar a persuasão e a discussão para dialogarmos com eles, como qualquer pessoa faria numa discussão na sociedade civilizada. É um exercício de cidadania mais equilibrada em que os alunos aprendem a respeitar a autoridade do professor e nós aprendemos a demonstrar esse papel de líder, sem o uso do autoritarismo. Quando assistimos na televisão aos noticiários de agressões de alunos contra educadores, sentimos desespero. Parece que hoje a violência aumentou nas escolas se compararmos com o passado. Mas quando nos lembramos dos castigos humilhantes e até físicos que existiam antigamente para os alunos (crianças ou adolescentes), não posso dizer facilmente que agora a coisa está pior em relação à violência escolar. Continuo achando que avançamos muito neste quesito: espaço mais democrático e menos violentos de aprendizagem. Agora está bem melhor.

3) A relação professor-aluno dentro e fora da sala de aula, para mim, influencia diretamente o nosso ensino. Veja, bem: se hoje em dia (graças a Deus!), o professor já não se coloca diante de uma classe como aquele “todo poderoso”, claro que a sua postura diante do conhecimento escolar, também irá mudar... Ele já deixa de ser o “todo poderoso”, senhor único do conhecimento, para ser alguém que orienta, facilita e ajuda de perto a aprendizagem dos alunos. Ou seja, os alunos podem ser também aqueles que orientam, facilitam e ajudam de perto o trabalho docente de um professor. Um ajudando o outro e vice-versa. Você consegue perceber a evolução desta relação professor-aluno-conhecimento? Claro, isso lembra um pouco o Paulo Freire...

P.: Se pudesse escolher uma metodologia para alfabetizar crianças, seria aquela que usa no momento? Por quê?

R: Com certeza. Uma das coisas boas nas escolas públicas é que não estamos presos a apostilas como ocorre com muitas escolas particulares de hoje. Temos um espaço de manobra para nossas investigações e experimentações de novas formas de alfabetização. Eu tenho a autonomia de escolher a metodologia para alfabetizar. Isso nos empolga, nos permite a criatividade e nos dá mais *insight* para descobertas e transformações como professor.

Alfabetizar é muito mais amplo do que simplesmente identificar letras, sílabas e palavras escritas, como no caso do Dudu daquela peça de publicidade, de tanto sucesso, da Ca-i-xa...



Trabalhando muitos anos com crianças provenientes sobretudo das comunidades “do Gato” e da “Zaki Narchi”, filhos de migrantes que não tiveram oportunidade de estudar, aprendi algo de muito importante: alfabetizar, nesse caso, é ter que interferir em uma herança ancestral, que não conviveu com a escrita (e isso estabelece condições muito diferentes das crianças de famílias nas quais ler e escrever fazem parte de seu cotidiano desde há muitas gerações, desde sempre). Ninguém percebe, mas, ao instalar a criança na cultura da leitura / escrita, estamos enfrentando – com todos os atritos que isso supõe – a luta histórica que opõe a cultura letrada à “cultura do ouvido...” Quem trabalha diretamente com os últimos descendentes desta última, não pode deixar de notar a violência do poder de imposição que, ao longo dos séculos, foi exercido para submeter, dominar e explorar.

Um exemplo. A Fernanda é uma criança que chegou em minha classe sem nenhuma experiência em casa com escrita: enquanto na cozinha das casas de colegas os ingredientes são diferenciados por rótulos da mãe (“açúcar”, “sal”, “farinha” etc.); ela reconhece os produtos por outras formas. E mais: em sua casa, ninguém imagina que possa haver essa identificação por escrita. Assim, a escola é portadora de um choque: não só o da alfabetização, mas o do ingresso em, por assim dizer, um novo sistema operacional, radicalmente contrastante com o original que ela possuía.

Ao contar uma história, por exemplo, Fernanda era capaz de recontar integralmente, sem perder nenhum detalhe, todo o enredo durante cerca de trinta minutos: uma capacidade fora do comum para sua idade, mas facilmente encontrável em sociedades de tradição oral: no interior do Nordeste não é raro nos depararmos com contadores, capazes de ir desfiando toda a história do Brasil sem ler. Fernanda não conseguiu aprender o sistema de escrita, mesmo chegando no 2º. ano. Os especialistas poderiam evocar inadequação de metodologia, despreparo do professor ou até disfunções psicológicas etc. etc. etc. Mas – como constatamos a Profa. Florice Lima Santos e eu, após vários estudos – o caso era simplesmente de instalação em um sistema refratário a uma nova cultura, centrada na escrita. Sentíamos como se Fernanda fosse a última representante de uma cultura oral, inconscientemente tentando sobreviver e não sucumbir.

Nós educadores, para além das técnicas, precisamos desenvolver um olhar antropológico, sensível ao poder do papel que estamos representando e que saiba respeitar a instalação no mundo das crianças que nos são confiadas. Assim, por exemplo, enquanto um recado convocando para uma reunião de pais é, em nossa cultura, plenamente veiculado por um simples papel; para a família da Fernanda, trata-se de um ato de anúncio pessoal; o recado é de um mensageiro e não de um papel. A criança escuta, incorpora a importância da mensagem pelo olhar e tom de voz da professora e, em casa, relembando o aroma daquele momento, reconstroi o discurso, fazendo a

mediação emocional dos dois polos. A Fernanda nos fez lembrar a relação corporal que existe na comunicação entre uma professora e uma mãe. Ao mesmo tempo, confirma minha crença de que todo ato – mesmo o de alfabetizar – precisa cultivar a dimensão corporal: o que reduz o nível de agressividade da escola e permite que se atenuem o choque entre os valores das “duas culturas”. Nesse sentido, uma dimensão essencial, para nós educadores, é o corpo.

P.: Você escolheu a sala de 1º ano para lecionar ou lhe foi dada? Caso não tenha sido uma escolha, por que acha que isso aconteceu?

R: Eu escolhi assumir o 1º ano neste ano, pois nunca experimentei uma classe de crianças de 5 e 6 anos. Queria conhecer de perto o que estava acontecendo nos 1º anos (dos 9 anos). Sou uma professora que lecionei muitos anos o 1º ano de 8 anos, por isso a minha curiosidade de comparar a alfabetização destes diferentes primeiros anos é grande.

P.: O que acha mais difícil na sua profissão? O que acha que contribuiria para melhorar?

R: É muito difícil para mim, ao mesmo tempo, ficar atento ao nosso mundo micro (sala de aula, relação com a comunidade, equipe escolar, necessidades cotidianas, aperfeiçoamento, busca de possibilidades na unidade) e não perder de vista a reivindicação necessárias no nível macro (garantia de leis, vigilância na gestão política, aperfeiçoamento nos estudos, criatividade para sobrevivência financeira). Contribuiria para melhorar se tivéssemos mais espaço coletivo de discussão (assuntos tanto micro quanto macro da realidade docente) e fortalecimento cada vez mais do vínculo entre colegas que trabalham no mesmo espaço escolar. Nas escolas brasileiras, nas quais muitos docentes correm de um colégio para o outro para dar aula, fica difícil encontrar tempo e espaço para reuniões que todos os docentes sentem juntos ao mesmo tempo. E, claro, queria muito que existisse uma honestidade maior dos nossos governos na busca de uma escola de qualidade.

P.: Como você planeja as atividades que dará às crianças?

R: Sempre planejo a partir do diagnóstico que faço das crianças periodicamente. Dialogo com os retornos que a própria classe-grupo nos dá no dia a dia, sem falar dos projetos que fazemos em parceria com os colegas do mesmo ano, tendo como guia o PPP (Projeto Político Pedagógico) da nossa escola que a cada início do ano é revisto por todo corpo da unidade escolar e depois apresentado para o conselho escolar. Por isso, Antônia, numa escola municipal, o PPP é essencial para você entender o que aquela comunidade escolar está colocando como sua meta de trabalho. É a parte que eu acho mais bonita das nossas escolas. Uma conquista da época da Erundina (prefeita de São Paulo de 1989 a 1993). Claro que, no nosso trabalho mais diário, tem uma parte do planejamento que se baseia nas hipóteses que eu tenho como investigadora da Educação. Planejo atividades que vêm das orientações teóricas que eu, como especialista em alfabetização (todo professor fundamental I é um especialista), construí sobre o Ensino e Aprendizagem dialogando com o meu lado pesquisador.

P.: Para você, o que é um ambiente alfabetizador?

R: Vou ser mais sucinta nesta resposta, pois já acabei tratando disso nas perguntas anteriores: É espaço autônomo de aprendizagem para todos os participantes desse

ambiente: professor, aluno, família, comunidade escolar, no qual todos podem ser autores para criar novas realidades e conhecimentos.

P.: Fazer linhas na lousa, ensinar as crianças a utilizar o espaço de uma folha, a segurarem corretamente o lápis, utilizarem a cola é, ainda, tarefa destinada ao professor alfabetizador? Como você vê essas tarefas no dia a dia?

R: Sim, certamente é nossa tarefa. Sem falar que temos outras tarefas que no primeiro momento não parecem tão diretamente ligadas à alfabetização e letramento: de ensinar a amarrar o cadarço, orientar o jeito de brigar com um amigo, tirar o dedo da boca (orientar sem constranger a pessoa), animar o grupo a gostar da escola, ajeitar a classe para o ambiente ser confortável, cuidar do corpo febril do aluno, a atenção à criança que não se alimenta direito, brigar com quem não cuida do material, pular corda, brincar de faz-de-conta. E também é nossa tarefa de alfabetizadora: lutar por uma brinquedoteca na escola, reivindicar um horário mais adequado de intervalo para as crianças, ficar atenta na forma que a secretaria está atendendo os pais no balcão e pedir uma cota para o xerox das nossas atividades. As tarefas dentro e fora da sala de aula são todas muito essenciais para o nosso trabalho de alfabetizadora. Cuidado para não ficarmos restritos olhando só o que se faz nas quatro paredes da nossa sala.

P.: Como trabalhar com crianças em fase de alfabetização que possuem ritmos e níveis de dificuldade diferentes? Você tem alguma técnica?

R: Sim. É trabalhoso, mas é necessário: oferecer desafios pontuais às necessidades de cada nível, por exemplo, criando exercícios apropriados para cada hipótese sobre a nossa língua escrita. Um mesmo tema trabalhado pode ser abordado por diferentes exercícios, de acordo com as dificuldades dos alunos. Frequentemente conseguimos separar a classe-grupo em 4 a 5 níveis. Entretanto para não fazer 5 tipos diferentes de atividades, tento agrupá-los em 3 níveis (ou até 4, ainda dá). Se construirmos uma atividade mais aberta (não restringir a uma só resposta), não preciso elaborar 3 diferentes atividades. A própria atividade oferece possibilidades diversas de reflexão e desafio sobre a escrita. Certamente conseguir um estagiário para auxiliar no trabalho com as crianças seria outra forma excelente de intervenção pontual, principalmente quando temos uma sala de 30 alunos. Podemos, eu e a estagiária, recolher com mais rapidez, por exemplo, a escrita espontânea, tão importante em todas os níveis de alfabetização. Você não sabe o quanto uma estagiária traz novas possibilidades de gestão de trabalho na minha sala de aula.

P.: Com a Lei de Ensino de 9 Anos, acha que a escola se adaptou às características de uma criança de 6 anos de idade (estrutura física, capacitação dos docentes) ou acredita que a criança precisou assumir as características de uma escola destinada aos maiores? O que pensa a respeito?

R: Infelizmente, quase nada foi oferecido às escolas para adaptarem à chegada destas crianças de 6 anos de idade. A começar pelas carteiras e cadeiras. No primeiro momento este item que citei agora parece algo menos importante do que, por exemplo, materiais ou metodologias didáticas, capacitação dos docentes, mas não é. Se acreditarmos que se aprende com prazer, não podemos negligenciar o desconforto que as crianças sentem na hora que estão dentro da sala de aula. Quanto tempo conseguimos ficar com o pé balançando sem o apoio do chão? Claro que sentiremos a necessidade de “nos ajeitar”, de ficar em pé. Depois, nós professores ficamos reclamando que as crianças não sentam direito e que, a toda hora, ficam em pé para fazer as atividades. Um exemplo simples, mas que representa muito a situação que

estão os nossos primeiros anos... Para uma educadora que reconhece a importância do corpo, é algo dramático.

P.: Que conselhos daria a alguém que, como eu, está perto de se tornar uma professora e pretende entrar no mercado de trabalho?

R: Se quiser realmente ser professora, Antônia, precisa começar a ler jornais e livros, tudo o que vier às suas mãos, sem escolher se o assunto é de seu interesse imediato ou não. Estar aberto, vinculado ao mundo atual e futuro é uma obrigação nesta nossa profissão.

Olha, sugiro que você entre no mercado de trabalho sabendo o que você pode oferecer de diferente como uma professora para seus alunos e seus colegas. (se bem que isso a gente vai descobrindo pouco a pouco). Se não construir a sua identidade como educadora, você pode se transformar, somente em uma operária do ensino. Facilmente você se transforma numa trabalhadora que executa o conteúdo de uma apostila ao pé da letra como um dogma sagrado. Ou você pode virar, quando menos espera, uma cuidadora de crianças e jovens, alguém a serviço da sociedade, que talvez só pense em controlar, colocando-os dentro das quatro paredes.

Se você nasceu no Brasil e quer ser professora, precisa como brasileira, ler os escritos do nosso educador Paulo Freire. Pode acreditar que é um grande privilégio podermos ler em português o que ele escreveu. Vi muitos educadores no exterior penarem para estudar Paulo Freire, coisa que para nós, habituados ao contexto descrito por ele, é muitíssimo fácil de captar. É um grande privilégio para a nossa formação. Sabe, o mundo vai cobrar isso de nós, professores brasileiros.

Recebido para publicação em 08-06-13; aceito em 10-07-13